

# Formulário de Informações Trimestrais

## 30 de setembro de 2020

Ampla Energia e Serviços S.A.  
Enel Distribuição Rio

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.09.2020	31.12.2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	527.883	303.062
Títulos e valores mobiliários	6	267.493	106.258
Consumidores e outras contas a receber	7	1.705.014	1.468.059
Ativo financeiro setorial	10	-	138.062
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	328.245	295.867
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	48.464	30.925
Outros tributos compensáveis	9	142.797	112.521
Serviço em curso		56.222	32.788
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	399.864	14.953
Outros créditos		74.049	108.455
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.550.031</b>	<b>2.610.950</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores e outras contas a receber	7	15.745	24.126
Ativo financeiro setorial	10	-	26.458
Depósitos vinculados a litígios	23	259.035	226.268
Outros tributos compensáveis	9	103.875	87.433
Serviço em curso		-	16.600
Tributos diferidos	29	298.642	276.807
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	-	128.279
Ativo indenizável (concessão)	11	3.969.850	3.613.155
Imobilizado	12	96.864	106.893
Intangível	13	2.687.780	2.649.716
Ativos contratuais	14	853.769	801.077
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.285.560</b>	<b>7.956.812</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.835.591</b>	<b>10.567.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30.09.2020	31.12.2019
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	15	864.469	899.501
Empréstimos e financiamentos	17	989.484	1.260.803
Obrigações por arrendamentos	19	15.047	12.759
Debêntures	18	604.838	615.915
Salários, provisões e encargos sociais		67.014	38.864
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	-	7.197
Passivo financeiro setorial	10	75.079	-
Outras obrigações fiscais	16	237.490	195.453
Dividendos a pagar		112.824	112.824
Encargos setoriais	20	320.398	347.743
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	46	6.523
Provisão para processos judiciais e outros	23	179.381	-
Outras obrigações		103.523	112.087
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.569.593</b>	<b>3.609.669</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	17	2.290.244	1.115.264
Debêntures	18	998.862	998.618
Obrigações por arrendamentos	19	27.802	33.888
Passivo financeiro setorial	10	123.001	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	30	-	4.169
Encargos setoriais	20	76.769	51.058
Benefícios pós-emprego	22	505.700	463.222
Provisão para processos judiciais e outros	23	628.617	626.392
Outras obrigações		291	4.506
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.651.286</b>	<b>3.297.117</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>	24		
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.138.795	1.138.795
Outros resultados abrangentes		(41.618)	697
Lucros (prejuízo) acumulados		(3.949)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.614.712</b>	<b>3.660.976</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.835.591</b>	<b>10.567.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>Receita líquida</b>	<b>26</b>	<b>1.529.970</b>	<b>4.490.071</b>	<b>1.393.692</b>	<b>4.350.196</b>
<b>Custo do serviço</b>		<b>(1.359.230)</b>	<b>(3.922.823)</b>	<b>(1.161.624)</b>	<b>(3.646.739)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>170.740</b>	<b>567.248</b>	<b>232.068</b>	<b>703.457</b>
Receitas (despesas) operacionais	27				
Despesas com vendas		(47.927)	(129.686)	1.451	(84.187)
Despesas gerais e administrativas		(53.224)	(179.276)	(69.428)	(232.572)
Outras receitas operacionais		13.952	52.954	16.101	52.553
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(87.199)</b>	<b>(256.008)</b>	<b>(51.876)</b>	<b>(264.206)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>		<b>83.541</b>	<b>311.240</b>	<b>180.192</b>	<b>439.251</b>
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		102.045	505.866	229.246	488.448
Despesas financeiras		(265.470)	(821.091)	(234.020)	(676.648)
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>(163.425)</b>	<b>(315.225)</b>	<b>(4.774)</b>	<b>(188.200)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(79.884)</b>	<b>(3.985)</b>	<b>175.418</b>	<b>251.051</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(23.021)	(57.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.361	36	(36.509)	(28.073)
	29	<b>26.361</b>	<b>36</b>	<b>(59.530)</b>	<b>(85.090)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>		<b>(53.523)</b>	<b>(3.949)</b>	<b>115.888</b>	<b>165.961</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em reais por ação)</b>	<b>25</b>	<b>(0,32120)</b>	<b>(0,02370)</b>	<b>0,69546</b>	<b>0,99596</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(53.523)</b>	<b>(3.949)</b>	<b>115.888</b>	<b>165.961</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	(20.031)	(70.790)	-	-
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	6.811	24.069	-	-
	<b>(13.220)</b>	<b>(46.721)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	4.436	6.676	(2.575)	5.422
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(1.508)	(2.270)	876	(1.843)
	<b>2.928</b>	<b>4.406</b>	<b>(1.699)</b>	<b>3.579</b>
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>	<b>(63.815)</b>	<b>(46.264)</b>	<b>114.189</b>	<b>169.540</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>121.941</b>	<b>854.933</b>	<b>-</b>	<b>3.495.551</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	165.961	165.961
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	5.422	5.422
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	(1.843)	(1.843)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>121.941</b>	<b>854.933</b>	<b>165.961</b>	<b>3.665.091</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>135.904</b>	<b>1.002.891</b>	<b>-</b>	<b>3.660.976</b>
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(3.949)	(3.949)
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(70.790)	(70.790)
Tributos diferidos sobre perda em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	24.069	24.069
Ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	6.676	6.676
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	(2.270)	(2.270)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>	<b>2.498.230</b>	<b>2.308</b>	<b>20.946</b>	<b>135.904</b>	<b>1.002.891</b>	<b>(3.949)</b>	<b>3.614.712</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.09.2020	30.09.2019
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(3.949)	165.961
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	41.600	16.094
Depreciação e amortização	331.412	340.769
Juros e variações monetárias	733.734	372.466
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(363.018)	(50.178)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(11.120)	(27.221)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(49.460)	836
Valor residual de intangível e imobilizado	11.195	1.111
Tributos e contribuições social diferidos	(36)	28.073
Perda de recebíveis de clientes	77.371	56.783
Provisão para processos judiciais e outros	20.822	100.680
Obrigações com benefício pós-emprego	24.587	25.348
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores e outras contas a receber	(347.545)	(601.934)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(32.378)	10.518
Ativos financeiros setoriais	175.640	24.206
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	4.296	10.273
Outros tributos compensáveis	(68.553)	4.343
Depósitos vinculados a litígios	(32.767)	(9.466)
Serviço em curso	(6.834)	34.131
Outros créditos	34.406	4.151
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(35.032)	(27.558)
Salários, provisões e encargos sociais	28.150	6.077
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(7.197)	(21.404)
Outras obrigações fiscais	50.143	74.045
Passivos financeiros setoriais	198.080	(1.712)
Encargos setoriais	(3.592)	(86.845)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(52.899)	(54.106)
Provisão para processos judiciais e outros	(74.215)	(103.033)
Outras obrigações	(12.779)	42.826
	<b>630.062</b>	<b>335.234</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.106)	(36.144)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(65.762)	(127.144)
Pagamentos de juros de debêntures	(52.147)	(49.711)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento derivativo	(6.821)	(17.851)
Pagamentos de juros de arrendamento	(3.413)	(1.561)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>493.813</b>	<b>102.823</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(728.546)	(480.604)
Títulos e valores mobiliários	(161.235)	(10.037)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(889.781)</b>	<b>(490.641)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de Debêntures	-	998.374
Captação de empréstimos e financiamentos	1.056.283	686.134
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(541.139)	(1.318.897)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(3.592)	(7.389)
Recebimento de instrumento derivativo (principal)	109.237	8.010
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>620.789</b>	<b>366.232</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>224.821</b>	<b>(21.586)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	303.062	267.076
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>527.883</b>	<b>245.490</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30.09.2020	30.09.2019
<b>1. RECEITAS</b>	<b>7.150.936</b>	<b>7.244.404</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>7.192.536</b>	<b>7.260.498</b>
Fornecimento de energia elétrica	6.414.824	6.732.654
Outras receitas	52.954	52.553
Receita relativa à construção de ativos próprios	724.758	475.291
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(41.600)	(16.094)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(3.966.433)</b>	<b>(3.706.447)</b>
Materiais	(359.140)	(184.468)
Outros custos operacionais	(194.352)	(205.428)
Custo da energia comprada e transmissão	(2.689.615)	(2.697.075)
Serviços de terceiros	(723.326)	(619.476)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.184.503</b>	<b>3.537.957</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(331.412)</b>	<b>(340.769)</b>
Depreciação e amortização	(331.412)	(340.769)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>2.853.091</b>	<b>3.197.188</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>505.866</b>	<b>488.448</b>
Receitas financeiras	505.866	488.448
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>3.358.957</b>	<b>3.685.636</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>3.358.957</b>	<b>3.685.636</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>135.077</b>	<b>141.708</b>
Remunerações	76.417	82.816
FGTS	4.039	3.789
Outros encargos sociais	5.693	6.502
Previdência privada	11.856	10.483
Auxílio-alimentação	15.774	19.044
Convênio assistencial e outros benefícios	8.673	7.954
Participação nos resultados	12.625	11.120
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>2.407.421</b>	<b>2.700.388</b>
<b>Federais</b>	<b>381.532</b>	<b>474.484</b>
Imposto de renda e contribuição social	(36)	85.090
COFINS	303.242	304.133
PIS	59.943	66.029
INSS	18.383	19.232
<b>Estaduais</b>	<b>1.540.521</b>	<b>1.655.494</b>
ICMS	1.540.477	1.655.443
Outros	44	51
<b>Municipais</b>	<b>6.053</b>	<b>5.839</b>
ISS	3.168	3.347
IPTU	1.421	1.516
Outros	1.464	976
<b>Encargos setoriais</b>	<b>479.315</b>	<b>564.571</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	435.810	519.964
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	37.181	38.545
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.324	6.062
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>820.408</b>	<b>677.579</b>
Juros	821.091	676.648
Aluguéis	(683)	931
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(3.949)</b>	<b>165.961</b>
Prejuízo / (lucro) retido	(3.949)	165.961

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

---

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município de Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Ampla é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Enel Distribuição Rio assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

#### **1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros**

##### **Pessoas e sociedade**

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até dezembro de 2020 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

##### **Monitoramento e plano estratégico**

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

### **Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, consequentemente, aumentado o desemprego.

Em 30 setembro de 2020 é possível observar uma retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação gradativa do comércio. O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020, contudo a Lei estadual nº 8769/20 manteve a decisão que impede o corte até 31 de dezembro de 2020 para consumidores inadimplentes das classes de consumo mencionadas anteriormente. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; e (iii) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

### **Medidas para o setor elétrico**

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 8 de abril e 13 de maio de 2020, os montantes de R\$ 46.862, R\$ 4.760 e 1.261 respectivamente. Tais montantes foram contabilizados como um passivo financeiro setorial e serão considerados no reajuste tarifário de 2021.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 26.861, referentes às competências de abril a junho de 2020.

### **CONTA-COVID**

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 799.489. Desse montante, a Companhia já recebeu R\$ 505.760, R\$ 417.092 durante o terceiro trimestre de 2020 e R\$88.668 em 13 de outubro 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

### **Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia, se incluem no âmbito das áleas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar Consulta Pública, até 23 de agosto de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Para o período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado, visto que ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das informações trimestrais**

---

Em 28 de outubro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias.

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

#### **2.2 Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

##### **Continuidade operacional**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### Sistema Empresas.Net

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

## 3. Revisão Tarifária Periódica, extraordinária e reajuste tarifário anual

### Reajuste tarifário anual de 2020

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 10 de março de 2020, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2020. A ANEEL aprovou um reajuste de +2,71% composto por (i) reajuste econômico de +0,54%, sendo -0,44% de Parcela A e +0,98% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +6,25%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -4,07%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +2,71%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	-2,85%
Energia Comprada	1,58%
Encargos de Transmissão	0,83%
Receitas Irrecuperáveis	0,00%
<b>Parcela A</b>	<b>-0,44%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>0,98%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>0,54%</b>
CVA Total	4,38%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,87%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>6,25%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>6,78%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-4,07%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>2,71%</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em -0,7%, representando -0,44% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais – redução de -16,4%, representando -2,85% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução de -100,00% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE Conta ACR”);
  - Energia comprada – aumento de +4,0%, decorre principalmente do aumento do custo das Cotas (Lei nº12.783/2013), de Itaipu decorrente da variação do dólar e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +1,58% no reajuste econômico;
  - Encargos de transmissão – aumento de 9,2% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +0,83% no reajuste econômico;
  - Receitas Irrecuperáveis – aumento de +0,2% decorrente dos novos valores regulatórios definidos após a conclusão da revisão tarifária de 2018. Este item representou 0,00% no reajuste econômico.
- (ii) **Parcela B:** Reajustada em +3,0%, representando uma participação de +0,98% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IPCA de 3,94%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2020; e
  - Fator X de 0,88%, composto por:
    - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,34%;
    - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,46%; e
    - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- (iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 363.023, dentre os quais destaca-se: R\$ 254.544 positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais negativos de R\$ 16.740, Sobrecontratação negativos de R\$ 75.846, Reversão Efeito CDE Conta ACR (RTE 2019) positivo de R\$ 114.366, Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 211.903 e Recomposição dos Custos Incorridos pela não Compensação de 100% dos Créditos de ICMS positivo de R\$ 4.949.

O reajuste tarifário médio de +2,71% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo 3,38% e 2,48% para alta e baixa tensão, respectivamente.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais mudanças nas políticas contábeis

---

As informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 16 de março de 2020, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro.

#### 4.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia as mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações em suas demonstrações contábeis.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, efetivos ou não efetivos para o exercício ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	27.891	38.136
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	491.268	86.134
Operações compromissadas	3.444	129.854
	<b>494.712</b>	<b>215.988</b>
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos *	1.435	25.668
Operações compromissadas	3.845	23.270
Total de fundos de investimento não exclusivos	<b>5.280</b>	<b>48.938</b>
<b>Total</b>	<b>527.883</b>	<b>303.062</b>

\* Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

### 6. Títulos e valores mobiliários

	30.09.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	89.049	73.186
Fundos de investimentos exclusivos	<b>178.444</b>	<b>33.072</b>
Títulos públicos	169.152	19.584
LF - Letra Financeira	9.292	13.488
<b>Total</b>	<b>267.493</b>	<b>106.258</b>

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em Fundo de Investimento não exclusivo, administrado por *Asset* de primeira linha. Estes Fundos são classificados como Renda Fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Consumidores e outras contas a receber

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos		Total
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	30.09.2020
<b>Classes de consumidores:</b>				
Residencial	233.037	253.160	756.995	1.243.192
Industrial	71.545	12.045	65.494	149.084
Comercial	105.514	49.632	170.720	325.866
Rural	6.147	6.968	54.620	67.735
Poder público	47.164	27.596	93.896	168.656
Iluminação pública	29.811	22.719	93.369	145.899
Serviço público	24.381	928	2.355	27.664
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>517.599</b>	<b>373.048</b>	<b>1.237.449</b>	<b>2.128.096</b>
Receita não faturada	246.222	-	-	246.222
Parcelamento de débitos	-	-	192.224	192.224
Encargo de uso de rede	3.277	-	-	3.277
Compartilhamento - uso mútuo	2.406	3.835	30.228	36.469
Agente de cobrança da iluminação pública	135	265	1.588	1.988
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136
<b>Subtotal</b>	<b>769.639</b>	<b>377.148</b>	<b>1.465.625</b>	<b>2.612.412</b>
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(18.107)	(7.810)	(865.736)	(891.653)
<b>Total</b>	<b>751.532</b>	<b>369.338</b>	<b>599.889</b>	<b>1.720.759</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.705.014</b>
<b>Não circulante</b>				<b>15.745</b>

	A vencer	Vencidos		Total
	até 30 dias	até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2019
<b>Classes de consumidores:</b>				
Residencial	197.062	229.898	572.880	999.840
Industrial	61.879	8.150	68.012	138.041
Comercial	97.798	44.258	166.496	308.552
Rural	22.327	8.023	18.662	49.012
Poder público	64.876	24.578	95.757	185.211
Iluminação pública	31.788	22.713	76.852	131.353
Serviço público	22.646	334	2.154	25.134
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>498.376</b>	<b>337.954</b>	<b>1.000.813</b>	<b>1.837.143</b>
Receita não faturada	274.315	-	-	274.315
Parcelamento de débitos	-	-	172.672	172.672
Encargo de uso de rede	3.277	2.694	-	5.971
Compartilhamento - uso mútuo	-	6.554	35.421	41.975
Agente de cobrança da iluminação pública	138	126	3.919	4.183
Baixa renda - subsídio CDE	-	-	-	1.782
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136
<b>Subtotal</b>	<b>776.106</b>	<b>347.328</b>	<b>1.216.961</b>	<b>2.342.177</b>
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(15.762)	(12.245)	(821.985)	(849.992)
<b>Total</b>	<b>760.344</b>	<b>335.083</b>	<b>394.976</b>	<b>1.492.185</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.468.059</b>
<b>Não circulante</b>				<b>24.126</b>

A movimentação da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões) Reversões	Perda	30.09.2020
Consumidores e outras contas a receber	(849.992)	(117.742)	76.081	(891.653)
Outros ativos	(11.600)	(15.111)	1.290	(25.421)
	<b>(861.592)</b>	<b>(132.853)</b>	<b>77.371</b>	<b>(917.074)</b>
Circulante	(817.914)			(875.255)
Não Circulante	(43.678)			(41.819)
<b>Total</b>	<b>(861.592)</b>			<b>(917.074)</b>

Rubricas de origem	31.12.2018	(Provisões) Reversões	Perda	30.09.2019
Consumidores e outras contas a receber	(795.105)	(72.878)	55.954	(812.029)
Outros ativos	(18.622)	830	-	(17.792)
	<b>(813.727)</b>	<b>(72.048)</b>	<b>55.954</b>	<b>(829.821)</b>
Circulante	(742.978)			(785.523)
Não Circulante	(70.749)			(44.298)
<b>Total</b>	<b>(813.727)</b>			<b>(829.821)</b>

A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes. O aumento da provisão está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

Vale destacar que de acordo com a Lei Estadual nº 8769/2020 a Companhia está impedida de realizar a interrupção dos serviços de energia elétrica por inadimplência, em virtude do decreto que estendeu a vigência do estado de calamidade pública até dezembro.

A seguir é apresentado a composição da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020	31.12.2019
Residencial	(598.962)	(535.415)
Industrial	(51.504)	(47.556)
Comercial	(121.796)	(94.459)
Rural	(42.264)	(41.371)
Poder público	(13.246)	(8.202)
Iluminação pública	(19.321)	(16.476)
Serviço público	(2.113)	(1.815)
Parcelamento de débitos de consumidores	(15.213)	(71.526)
Outros	(27.234)	(33.172)
	<b>(891.653)</b>	<b>(849.992)</b>

### 8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	30.09.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	295.284	295.284
Baixa renda - subsídio CDE (b)	6.034	-
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente (c)	14.616	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	4.763	(2.398)
CDE a receber - diferença ciclo anterior	3.798	2.981
Saldo a receber da bandeira tarifária	3.750	-
	<b>328.245</b>	<b>295.867</b>

- a) Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares (vide nota 20), o montante de R\$ 295.284 (R\$ 295.284 em 31 de dezembro de 2019), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado vide nota explicativa nº 20.
- b) A Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 estabeleceu algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, modificando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, para os quais a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passava a ter um desconto de 100% e sobre a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não incidia qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 26.861.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Em dezembro de 2019, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsidio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

### 9. Tributos a compensar

	30.09.2020	31.12.2019
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda	13.233	25.099
Contribuição social	4.656	181
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	30.575	5.645
<b>Total</b>	<b>48.464</b>	<b>30.925</b>

O aumento do saldo de imposto de renda na fonte no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 deve-se principalmente pelas liquidações de instrumento financeiro derivativo (swap).

	30.09.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS (a)	98.758	103.875	82.175	87.433
PIS e COFINS (b)	15.102	-	708	-
Outros tributos (c)	28.937	-	29.638	-
<b>Total</b>	<b>142.797</b>	<b>103.875</b>	<b>112.521</b>	<b>87.433</b>

- a) Em 30 de Setembro, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de R\$ 129.936 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 8.392 de Incentivo cultural, R\$ 24.654 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 942 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 14.209 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES, R\$ 22.793 refere-se a pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio e R\$ 1.707 refere-se a créditos indevidos contabilizados na conta do ICMS no momento do ingresso da nota fiscal e que serão estornados.
- b) A variação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, decorre principalmente dos valores de PIS/COFINS a recuperar que são recebidos de órgãos públicos (órgãos da administração direta, autarquias e fundações da administração pública do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios) pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 2019, em conformidade com o artigo 64 da Lei 9.430/1996. Esses valores serão compensados durante o exercício de 2020.
- c) Outros tributos é composto principalmente de FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado e aguarda-se a finalização dos procedimentos legais junto à Receita Federal para posterior compensação (montante de de R\$ 27.046 em 30 de setembro de 2020).



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
<b>CVA</b>	<b>237.986</b>	<b>209.638</b>	<b>(223.912)</b>	<b>(263.841)</b>	<b>(38.359)</b>	<b>5.250</b>	-	<b>(73.238)</b>	<b>111.298</b>	<b>(184.536)</b>	<b>10.689</b>	<b>(83.927)</b>
Aquisição de energia - (CVA)energ	390.141	256.484	(314.151)	(335.971)	(38.359)	12.899	-	<b>(28.957)</b>	174.102	(203.059)	<b>63.393</b>	(92.350)
Proinfa	(1.109)	(2.215)	1.580	2.970	-	(60)	-	<b>1.166</b>	(1.813)	2.979	<b>(188)</b>	1.354
Transporte rede básica	29.316	58.451	(17.817)	(53.053)	-	611	-	<b>17.508</b>	13.158	4.350	<b>15.529</b>	1.979
Transporte de energia - Itaipu	8.765	7.931	(5.469)	(9.193)	-	162	-	<b>2.196</b>	3.452	(1.256)	<b>2.767</b>	(571)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(116.031)	(105.255)	82.531	82.296	-	(3.530)	-	<b>(59.989)</b>	(46.940)	(13.049)	<b>(54.054)</b>	(5.935)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(73.096)	(5.758)	29.414	49.110	-	(4.832)	-	<b>(5.162)</b>	(30.661)	25.499	<b>(16.758)</b>	11.596
<b>Demais passivos financeiros setoriais</b>	<b>(73.466)</b>	<b>(15.554)</b>	<b>123.449</b>	<b>(153.251)</b>	-	<b>3.462</b>	<b>(9.482)</b>	<b>(124.842)</b>	<b>(38.924)</b>	<b>(85.918)</b>	<b>(85.768)</b>	<b>(39.074)</b>
Alíquota efetiva PIS/Cofins	9.266	-	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	7.601	88.527	4.873	(45.714)	-	927	-	<b>56.214</b>	(6.975)	63.189	27.476	28.738
Sobrecontratação de energia	(29.733)	35.245	82.508	(107.537)	-	(1.583)	(14.913)	<b>(36.013)</b>	(31.602)	(4.411)	(34.007)	(2.006)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(41.530)	(21.196)	20.077	-	-	(319)	14.989	<b>(27.979)</b>	(16.052)	(11.927)	(22.554)	(5.425)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(19.070)	(118.130)	15.991	-	-	4.437	(292)	<b>(117.064)</b>	15.705	(132.769)	(56.683)	(60.381)
<b>Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido</b>	<b>164.520</b>	<b>194.084</b>	<b>(100.463)</b>	<b>(417.092)</b>	<b>(38.359)</b>	<b>8.712</b>	<b>(9.482)</b>	<b>(198.080)</b>	<b>72.374</b>	<b>(270.454)</b>	<b>(75.079)</b>	<b>(123.001)</b>
<b>Total ativo circulante e não circulante</b>	<b>164.520</b>					<b>Total ativo circulante e não circulante</b>	-					
<b>Total passivo circulante e não circulante</b>	<b>-</b>					<b>Total passivo circulante e não circulante</b>	<b>(198.080)</b>					
<b>Total ativo/passivo líquido</b>	<b>164.520</b>					<b>Total ativo/passivo líquido</b>	<b>(198.080)</b>					



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	30.09.2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA</b>	<b>365.801</b>	<b>270.475</b>	<b>(337.072)</b>	<b>(102.677)</b>	<b>25.749</b>	<b>(9.577)</b>	<b>212.699</b>	<b>212.120</b>	<b>579</b>	<b>212.434</b>	<b>265</b>
Aquisição de energia - (CVAenerg)	431.205	423.449	(474.265)	(102.677)	22.235	(3.278)	296.669	250.407	46.262	275.560	21.109
Proinfa	1.157	1.658	(1.727)	-	(589)	658	1.157	1.157	-	1.157	-
Transporte rede básica	3.485	16.171	(3.337)	-	264	-	16.583	3.111	13.472	10.436	6.147
Transporte de energia - Itaipu	7.436	5.204	(4.753)	-	7.719	(6.957)	8.649	3.373	5.276	6.241	2.408
ESS	(96.364)	(167.736)	158.724	-	(4.934)	-	(110.310)	(56.285)	(54.025)	(85.659)	(24.651)
CDE	18.882	(8.271)	(11.714)	-	1.054	-	(49)	10.357	(10.406)	4.699	(4.748)
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>(142.612)</b>	<b>(5.629)</b>	<b>156.808</b>	<b>-</b>	<b>1.472</b>	<b>9.577</b>	<b>19.616</b>	<b>(118.014)</b>	<b>137.630</b>	<b>(44.951)</b>	<b>64.567</b>
PIS/COFINS alíquota efetiva	32.740	(13.939)	-	-	-	-	18.801	-	18.801	18.801	-
Neutralidade da parcela A	(21.898)	(890)	(26.929)	-	5.006	60.258	15.547	12.230	3.317	14.033	1.514
Sobrecontratação de energia	(75.592)	8.442	148.984	-	(5.653)	(12.647)	63.534	(95.660)	159.194	(9.104)	72.638
Devoluções tarifárias	(37.747)	(20.889)	50.858	-	2.119	(27.281)	(32.940)	-	(32.940)	(21.685)	(11.255)
Outros	(40.115)	21.647	(16.105)	-	-	(10.753)	(45.326)	(34.584)	(10.742)	(46.996)	1.670
<b>Total ativo (passivo) regulatório líquido</b>	<b>223.189</b>	<b>264.846</b>	<b>(180.264)</b>	<b>(102.677)</b>	<b>27.221</b>	<b>-</b>	<b>232.315</b>	<b>94.106</b>	<b>138.209</b>	<b>167.483</b>	<b>64.832</b>
<b>Total ativo circulante e não circulante</b>	<b>145.833</b>						<b>232.315</b>				
<b>Total passivo circulante e não circulante</b>	<b>84.657</b>						<b>-</b>				
<b>Total ativo/passivo líquido</b>	<b>61.176</b>						<b>232.315</b>				

A Administração da Companhia, objetivando melhor apresentação de suas Demonstrações Contábeis, procedeu no segundo trimestre à reclassificação dos saldos de Pis e Cofins alíquota efetiva para a rubrica de consumidores e outras contas a receber, visto que representam valores ainda não faturados aos consumidores devido ao seu mecanismo de funcionamento.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu no período de julho a setembro de 2020 o montante total de conta – COVID de R\$ 417.091, correspondente a ativos e passivos financeiros setoriais com efeito financeiro da sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais o qual foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, conforme detalhado na movimentação desta respectiva nota.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 30 de setembro de 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ativo indenizável
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.378.495</b>
Transferências do ativo contratual	56.294
Marcação a mercado	(836)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>3.433.953</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.613.155</b>
Transferências do ativo contratual	307.235
Marcação a mercado	49.460
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>3.969.850</b>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2019	Adição	Depreciação / Amortização	Baixa	Remensuração	Transferência	30.09.2020
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	675	-	-	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	130.228	-	-	(1.131)	-	1.815	130.912
Móveis e utensílios	36.212	-	-	-	-	3.390	39.602
<b>Subtotal</b>	<b>167.115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.131)</b>	<b>-</b>	<b>5.205</b>	<b>171.189</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(87)	-	(32)	-	-	-	(119)
Máquinas e equipamentos	(96.013)	-	(5.390)	1.131	-	-	(100.272)
Móveis e utensílios	(20.719)	-	(1.827)	-	-	-	(22.546)
<b>Subtotal</b>	<b>(116.819)</b>	<b>-</b>	<b>(7.249)</b>	<b>1.131</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(122.937)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Máquinas e equipamentos	6.411	1.660	-	-	-	(1.815)	6.256
Móveis e utensílios	6.932	3.390	-	-	-	(3.390)	6.932
<b>Subtotal</b>	<b>13.343</b>	<b>5.050</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.205)</b>	<b>13.188</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>63.639</b>	<b>5.050</b>	<b>(7.249)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>61.440</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>							
Terrenos	938	-	(202)	-	(39)	-	697
Imóveis	41.069	300	(7.142)	-	500	-	34.727
Veículos e outros meios de transporte	1.247	-	(1.247)	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>43.254</b>	<b>300</b>	<b>(8.591)</b>	<b>-</b>	<b>461</b>	<b>-</b>	<b>35.424</b>
<b>Total</b>	<b>106.893</b>	<b>5.350</b>	<b>(15.840)</b>	<b>-</b>	<b>461</b>	<b>-</b>	<b>96.864</b>

	31.12.2018	Adoção inicial IFRS 16	Depreciação / Amortização	Adição	Remensuração	Transferência	Reclassificação	30.09.2019
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	675	-	-	-	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	125.591	-	-	-	1.142	1.142	-	127.875
Móveis e utensílios	31.894	-	-	-	4.214	4.214	-	40.322
<b>Subtotal</b>	<b>158.160</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.356</b>	<b>5.356</b>	<b>-</b>	<b>168.872</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	(21)	-	(32)	-	-	-	(23)	(76)
Máquinas e equipamentos	(91.712)	-	(5.116)	-	-	-	18	(96.810)
Móveis e utensílios	(18.814)	-	(1.333)	-	-	-	5	(20.142)
<b>Subtotal</b>	<b>(110.547)</b>	<b>-</b>	<b>(6.481)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(117.028)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Máquinas e equipamentos	6.630	-	-	1.099	(1.142)	(1.142)	-	5.445
Móveis e utensílios	6.932	-	-	4.214	(4.214)	(4.214)	-	2.718
<b>Subtotal</b>	<b>13.562</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.313</b>	<b>(5.356)</b>	<b>(5.356)</b>	<b>-</b>	<b>8.163</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>61.175</b>	<b>-</b>	<b>(6.481)</b>	<b>5.313</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.007</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>								
Terrenos	-	379	(111)	606	25	-	-	899
Imóveis	-	45.384	(7.226)	968	1.637	-	-	40.763
Veículos e outros meios de transporte	-	2.910	(1.247)	-	-	-	-	1.663
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>48.673</b>	<b>(8.584)</b>	<b>1.574</b>	<b>1.662</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.325</b>
<b>Total</b>	<b>61.175</b>	<b>48.673</b>	<b>(15.065)</b>	<b>6.887</b>	<b>1.662</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.332</b>

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívis e benfeitorias	3,33%

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2020:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	5,68
Imóveis	4,88
Veículos e outros meios de transporte	0,25

### 13. Intangível

	30.09.2020			31.12.2019
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>				
Direito de uso da concessão	6.181.987	(3.539.792)	(144.970)	2.497.225
Software	385.612	(196.983)	-	188.629
Bens de Renda	20.054	(18.128)	-	1.926
<b>Total</b>	<b>6.587.653</b>	<b>(3.754.903)</b>	<b>(144.970)</b>	<b>2.687.780</b>

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.847.963</b>	<b>(2.997.103)</b>	<b>(177.570)</b>	<b>2.673.290</b>
Baixas	(3.249)	2.138	-	(1.111)
Amortização	-	(339.670)	13.967	(325.703)
Transferência dos ativos contratuais	355.357	-	-	355.357
Transferências para ativo indenizável	(56.294)	-	-	(56.294)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>6.143.777</b>	<b>(3.334.635)</b>	<b>(163.603)</b>	<b>2.645.539</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.246.237</b>	<b>(3.437.577)</b>	<b>(158.944)</b>	<b>2.649.716</b>
Baixas	(23.415)	12.220	-	(11.195)
Amortização	-	(329.546)	13.974	(315.572)
Transferência dos ativos contratuais	364.831	-	-	364.831
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>6.587.653</b>	<b>(3.754.903)</b>	<b>(144.970)</b>	<b>2.687.780</b>

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está registrado como ativo indenizável.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

### 14. Ativos Contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,67% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 5,32% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	30.09.2020		31.12.2019
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
<b>Em Curso</b>			
Direito de uso da concessão	882.106	(101.994)	780.112
Software	73.657	-	73.657
<b>Total</b>	<b>955.763</b>	<b>(101.994)</b>	<b>853.769</b>
			728.559
			72.518
			<b>801.077</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	773.170	(95.688)	677.482
Adições	459.684	(2.693)	<b>456.991</b>
Capitalização de juros de empréstimos	18.300	-	<b>18.300</b>
Transferências para ativo intangível	(355.357)	-	<b>(355.357)</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>895.797</b>	<b>(98.381)</b>	<b>797.416</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	901.918	(100.841)	801.077
Adições	724.649	(1.153)	<b>723.496</b>
Capitalização de juros de empréstimos	1.262	-	<b>1.262</b>
Transferências para ativo intangível	(364.831)	-	<b>(364.831)</b>
Transferências para ativo indenizável	(307.235)	-	<b>(307.235)</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>955.763</b>	<b>(101.994)</b>	<b>853.769</b>

## 15. Fornecedores e outras contas a pagar

	30.09.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>		
Compra de Energia (a)	322.402	452.456
Compra de Energia com partes relacionadas	1.225	1.422
Encargo de Uso da Rede (b)	118.110	56.260
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	602	417
<b>Total energia</b>	<b>442.339</b>	510.555
Materiais e serviços	345.781	356.211
Materiais e serviços com partes relacionadas	76.349	32.735
<b>Total fornecedores</b>	<b>864.469</b>	<b>899.501</b>

- a) A redução do saldo a pagar está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.
- b) O aumento foidecorrente do reajuste das transmissoras e auemnto do MUST (Montantes de Uso do Sistema de Transmissão), por ponto de Conexão com a Rede Básica.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Obrigações fiscais

	30.09.2020	31.12.2019
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	5.253
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	-	1.944
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.197</b>

  

	30.09.2020	31.12.2019
<b>Obrigações fiscais federais</b>		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (c)	92.737	42.427
Programa de integração social - PIS (c)	19.979	9.083
INSS s/ terceiros	6.498	7.247
Outros tributos e contribuições (d)	2.305	6.449
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>121.519</b>	<b>65.206</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	112.221	104.807
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>112.221</b>	<b>104.807</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>		
Imposto sobre serviços - ISS	1.680	2.871
Outros tributos e contribuições	2.070	22.569
<b>Subtotal - municipais</b>	<b>3.750</b>	<b>25.440</b>
<b>Total circulante</b>	<b>237.490</b>	<b>195.453</b>

- a) A Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Por esse motivo, não há saldos a pagar.
- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A área Tributária recebe as informações do faturamento de energia do período de 01 a 10 e efetua o pagamento do ICMS no dia 15 do próprio mês, o mesmo ocorre para o período de faturamento de 11 a 20 que é pago no dia 25. No dia 01 do mês subsequente, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios finais do faturamento mensal para que a área Tributária realize a apuração do ICMS. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e são deduzidos os pagamentos realizados nos dias 15 e 25. O valor final do ICMS apurado é pago no dia 05 do mês subsequente ao faturamento.
- c) O aumento dos tributos federais está relacionado com as determinações das Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 245 de 15 de junho de 2020.
- d) A variação entre os períodos apresentados decorre principalmente do pagamento do IRRF sobre a novação de contratos de mútuos celebrados entre a Companhia e a Enel Brasil em dezembro de 2019. O referido imposto teve seu pagamento em janeiro de 2020 no montante de R\$23.828.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos

	30.09.2020						31.12.2019					
	Circulante			Não Circulante			Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total Circulante + Não Circulante	
<b>Moeda estrangeira:</b>												
Citibank N.A. (II) (e)	25	544.145	544.170	-	-	-	31	-	31	390.508	390.539	
Itaú BBA International PLC (f)	4.299	427.465	431.764	-	-	-	6.380	-	6.380	304.802	311.182	
Scotiabank (c)	-	-	-	-	-	-	2.492	214.954	217.446	-	217.446	
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>4.324</b>	<b>971.610</b>	<b>975.934</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.903</b>	<b>214.954</b>	<b>223.857</b>	<b>695.310</b>	<b>919.167</b>	
<b>Moeda nacional:</b>												
<b>Financiamentos</b>												
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME (h1)	27	8.257	8.284	-	13.762	13.762	35	8.257	8.292	19.954	28.246	
BNDES (Capex 2012-2013) A	-	-	-	-	-	-	41	12.182	12.223	-	12.223	
BNDES (Capex 2012-2013) B	-	-	-	-	-	-	46	12.182	12.228	-	12.228	
BNDES (Capex 2012-2013) F (h2)	2	131	133	-	-	-	1	526	527	-	527	
BNP PARIBAS 4131 (d)	5.133	-	5.133	-	400.000	400.000	13.720	-	13.720	400.000	413.720	
<b>Financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>5.162</b>	<b>8.388</b>	<b>13.550</b>	<b>-</b>	<b>413.762</b>	<b>413.762</b>	<b>13.843</b>	<b>33.147</b>	<b>46.990</b>	<b>419.954</b>	<b>466.944</b>	
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>												
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21) (g)	-	-	-	-	201.361	201.361	-	196.029	196.029	-	196.029	
Enel Brasil Mútuo 53,54 e 55 (vide nota 21) (b)	-	-	-	33.428	1.641.693	1.675.121	2.234	791.693	793.927	-	793.927	
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.428</b>	<b>1.843.054</b>	<b>1.876.482</b>	<b>2.234</b>	<b>987.722</b>	<b>989.956</b>	<b>-</b>	<b>989.956</b>	
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional</b>	<b>5.162</b>	<b>8.388</b>	<b>13.550</b>	<b>33.428</b>	<b>2.256.816</b>	<b>2.290.244</b>	<b>16.077</b>	<b>1.020.869</b>	<b>1.036.946</b>	<b>419.954</b>	<b>1.456.900</b>	
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>9.486</b>	<b>979.998</b>	<b>989.484</b>	<b>33.428</b>	<b>2.256.816</b>	<b>2.290.244</b>	<b>24.980</b>	<b>1.235.823</b>	<b>1.260.803</b>	<b>1.115.264</b>	<b>2.376.067</b>	

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.315.944</b>	<b>581.165</b>	<b>445.287</b>	<b>669.816</b>
<b>Captações</b>	<b>96.754</b>	<b>400.000</b>	<b>200.000</b>	-
Encargos provisionados	125.985	-	26.227	-
Encargos pagos	(94.536)	-	(32.608)	-
Variação monetária e cambial	-	11.262	16.652	48.976
Transferências	570.277	(570.277)	6	(6)
Amortizações	(889.588)	-	(429.309)	-
Juros incorporados ao principal	(10.620)	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	(104)	(128)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>1.114.216</b>	<b>422.150</b>	<b>226.151</b>	<b>718.658</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.036.946</b>	<b>419.954</b>	<b>223.857</b>	<b>695.310</b>
Captações	56.283	850.000	150.000	-
Encargos provisionados	32.017	31.194	24.478	-
Encargos pagos	(35.366)	-	(30.396)	-
Variação monetária e cambial	-	-	252.105	123.314
Transferências	(994.430)	994.430	818.624	(818.624)
Amortizações	(81.900)	-	(459.239)	-
Juros incorporados ao principal	-	(5.334)	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	(3.495)	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>13.550</b>	<b>2.290.244</b>	<b>975.934</b>	<b>-</b>

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.09.2020			
2021	2022	2023	Total não Circulante
2.064	2.251.311	3.441	2.256.816



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

### (i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21) (b)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank II (a)	150.000	10/03/2020	16/09/2020	1,02%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

### (ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Enel Brasil Mútuo 53 (vide nota 21) (b)	788.003	10/12/2019	11/12/2022	CDI + 0,70%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Scotiabank (c)	200.000	11/07/2019	15/07/2020	2,47%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 (d)	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Citibank N.A (II) (e)	320.000	28/03/2018	29/03/2021	LIBOR + 0,55%	Bullet	Trimestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú BBA International PLC (f)	250.000	05/07/2017	05/07/2021	4,21%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Fiança
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21) (g)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME (h1)	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
BNDES (Capex 2012-2013) F (h2)	2.059	12/12/2016	15/12/2020	100% TJLP	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
SCOTIABANK	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento Bancário Líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Citibank N.A, Itaú BBA e Scotiabank.

- Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total, excluindo a dívida subordinada com parte relacionada, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências, para devedores duvidosos e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Debêntures

	30.09.2020					31.12.2019				
	Circulante			Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
1ª série - 9ª emissão (a)	4.209	600.000	604.209	-	604.209	1.170	600.000	601.170	-	601.170
1ª série - 10ª emissão (b)	888	-	888	1.000.000	1.000.888	15.782	-	15.782	1.000.000	1.015.782
(-) Custo de transação	-	(259)	(259)	(1.138)	(1.397)	-	(1.037)	(1.037)	(1.382)	(2.419)
Total de debêntures	5.097	599.741	604.838	998.862	1.603.700	16.952	598.963	615.915	998.618	1.614.533

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	1.511	597.926	599.437
Captações	-	1.000.000	1.000.000
Encargos provisionados	62.468	-	62.468
Encargos pagos	(49.711)	-	(49.711)
Constituição custo de transação	-	(1.626)	(1.626)
Apropriação custo de transação	-	940	940
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>	<b>14.268</b>	<b>1.597.240</b>	<b>1.611.508</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>615.915</b>	<b>998.618</b>	<b>1.614.533</b>
Encargos provisionados	40.293	-	40.293
Encargos pagos	(52.147)	-	(52.147)
Apropriação custo de transação	777	244	1.021
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	<b>604.838</b>	<b>998.862</b>	<b>1.603.700</b>

Abaixo é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2021	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	-	-	666.667	333.333	1.000.000
(-) Custo de transação	(163)	(569)	(325)	(81)	(1.138)
<b>Total a amortizar</b>	<b>(163)</b>	<b>(569)</b>	<b>666.342</b>	<b>333.252</b>	<b>998.862</b>

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, estão descritas a seguir:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	Pagamento de juros	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª série - 9ª emissão (a)	600.000	15/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	Semestral	114% CDI	Bullet	600	Implementação de programas de investimento
1ª série - 10ª emissão (b)	1.000.000	15/04/2019	15/04/2019	15/03/2024	Semestral	108% CDI	Semestral - à partir de 15/03/2023	1.000	Refinanciamento dívida

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

### 9ª e 10ª emissão

Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Obrigações por arrendamentos

Os saldos em 30 de setembro de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.09.2020	31.12.2019	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Obrigações por arrendamento:</b>					
Terrenos	999	1.044	65,10	Mensal	de 5,34% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	41.730	43.991	55,60	Mensal	de 3,47% a.a até 11,78% a.a
Veículos e outros meios de transporte	120	1.612	1,00	Mensal	8,97% a.a
<b>Total</b>	<b>42.849</b>	<b>46.647</b>			
Circulante	15.047	12.759			
Não circulante	27.802	33.888			
	<b>42.849</b>	<b>46.647</b>			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2021 - 2022	9.565	(2.250)	7.315
2022 - 2023	6.171	(1.745)	4.426
2023 - 2024	6.126	(1.364)	4.762
2024 - 2025	6.106	(941)	5.165
2025 em diante	6.507	(373)	6.134
	<b>34.475</b>	<b>(6.673)</b>	<b>27.802</b>

A seguir movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-	-
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	39.856	8.817	48.673
Adições	-	1.574	1.574
Remensuração	1.662	-	1.662
Pagamentos - Principal	(7.389)	-	(7.389)
Pagamentos - Juros	(1.561)	-	(1.561)
Transferências	(22.386)	22.386	-
Encargos provisionados	3.400	-	3.400
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>13.582</b>	<b>32.777</b>	<b>46.359</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>12.759</b>	<b>33.888</b>	<b>46.647</b>
Adições	-	300	300
Remensuração	-	461	461
Pagamentos - Principal	(3.592)	-	(3.592)
Pagamentos - Juros	(3.413)	-	(3.413)
Transferências	6.847	(6.847)	-
Encargos provisionados	2.446	-	2.446
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>15.047</b>	<b>27.802</b>	<b>42.849</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Encargos setoriais

	30.09.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 8) (a)	295.284	295.284
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	56.226	46.792
Pesquisa e desenvolvimento- ("P&D")	44.701	38.437
Outros	956	18.288
<b>Total</b>	<b>397.167</b>	<b>398.801</b>
Circulante	320.398	347.743
Não Circulante	76.769	51.058

#### (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 8.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.09.2020			31.12.2019			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.09.2020	30.09.2019
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	485.583	-	-	463.222	(23.279)	(25.348)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	36	-	-	103	-	-	460	812
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	3.053	-	-	3.371	-	(4.699)	(4.829)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	16.566	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	3.247	1.906	-	1.931	1.230	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		179	-	-	100	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A		-	48.568	-	-	18.959	-	-	(6.480)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	609	-	-	633	-	(5.577)	(5.436)
	ENEL Green Power Paranapanema		-	77	-	-	77	-	(673)	(658)
	ENEL Green Power Mourão		-	22	-	-	22	-	(193)	(185)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	90	-	-	94	-	(651)	(644)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	71	-	-	75	-	(443)	(431)
	ENEL Green Power Salto do Apicás S.A.		-	149	-	-	302	-	(1.091)	(1.062)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	96	-	-	102	-	(866)	(837)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	111	-	-	117	-	(804)	(775)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(232)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(464)
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENDESA S.A.	20/10/2009	-	162	-	-	162	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	602	-	-	417	-	(3.481)	(3.247)
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	87.917	-	-	87.917	-	-	-
Mútuo	ENEL Américas S.A	2015 a 2022	-	24.479	-	-	24.479	-	-	-
	ENEL Brasil S.A		-	-	1.876.483	-	989.956	-	(36.526)	(60.524)
Comissão de Fiança	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	07/02/2022 07/03/2019	-	-	-	-	-	-	-	(7.161)
	ENEL Brasil S.A		-	1.421	-	-	-	-	(5.094)	(890)
Reembolso expatriados	ENEL Américas S.A	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	-	-	(503)
	ENEL SPA		298	216	-	257	-	-	(175)	29
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		247	-	-	-	-	-	245	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM.	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK	Até o final da concessão	-	365	-	-	403	-	(739)	-
	ENEL Itália		-	-	-	-	4.521	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Ibérica SLR	Fevereiro de 2024	-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		2.447	232	-	2.447	31	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		573	-	-	504	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		28	377	-	28	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.966	251	-	1.965	186	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		24.721	1.158	-	23.654	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		-	1.925	-	-	1.925	-	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS	(-) Benefícios pós-emprego		74	-	-	65	-	-	-	-
			34.829	191.993	2.362.066	31.067	1.136.926	463.222	(83.595)	(118.865)
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			-	-	485.583	-	-	463.222	(23.279)	(25.348)
			34.829	191.993	1.876.483	31.067	1.136.926	-	(60.316)	(93.517)



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(\*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil ("Companhias"), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentados detalhes dos mútuos que foram referenciados, a Companhia possui três operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil (\*):

### a) Mútuo subordinado

Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação do mútuo subordinado com uma nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 2.965.

### b) Mútuo não subordinado

Mútuo 53: Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANEEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas R\$788.003, com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979.

Em 31 de março de 2020 a Companhia, com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 30 de junho de 2020. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.009.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro renovou o mútuo alterando seu vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia ficou isenta de custo de IOF respaldado pelo decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Mútuo 55: Em 07 de julho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 750.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,27 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.414 de 2 de julho de 2020.

#### Empréstimos com partes relacionadas

Enel Brasil Mútuo Subordinado (a)

Enel Brasil Mútuo Não Subordinado (b)

Total de Empréstimos com partes relacionadas

30.09.2020		31.12.2019	
Não circulante		Circulante	
Encargo	Principal	Encargo	Principal
-	201.361	-	196.029
33.428	1.641.693	2.234	791.693
<b>33.428</b>	<b>1.843.054</b>	<b>2.234</b>	<b>987.722</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	EneI Brasil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>989.956</b>
Captação	850.000
Encargos provisionados	36.526
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>1.876.482</b>

### Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	848	3.786	945	3.551
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	191	576	540	660
<b>Total</b>	<b>1.039</b>	<b>4.362</b>	<b>1.485</b>	<b>4.211</b>

## 22. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica, FGTS e BD em 30 de setembro de 2020 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>129.518</b>	<b>72.211</b>	<b>244.154</b>	<b>17.339</b>	<b>463.222</b>
Custo do serviço corrente	-	231	1.690	545	2.466
Custo dos juros líquidos	5.749	3.621	11.988	763	22.121
Contribuições reais do empregador	(32.529)	(6.914)	(13.378)	(78)	(52.899)
Ganho/Perda atuarial	28.626	14.125	26.491	1.548	70.790
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>	<b>131.364</b>	<b>83.274</b>	<b>270.945</b>	<b>20.117</b>	<b>505.700</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>505.700</b>

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>140.053</b>	<b>75.153</b>	<b>196.022</b>	<b>18.747</b>	<b>429.975</b>
Custo do serviço corrente	-	246	532	595	1.373
Custo dos juros líquidos	5.973	4.802	12.213	987	23.975
Contribuições reais do empregador	(35.304)	(6.312)	(12.119)	(371)	(54.106)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>	<b>110.722</b>	<b>73.889</b>	<b>196.648</b>	<b>19.958</b>	<b>401.217</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>401.217</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado e operacionais. Dessa forma, a Companhia procedeu com a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o período findo em 30 de setembro de 2020, reavaliando as premissas dos planos, bases cadastrais, inflação e taxa de juros (taxa de desconto). A avaliação atende os requerimentos estabelecidos pelo CPC 33(R1) equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 19(R), e ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização do laudo atuarial, realizada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, ocasionou um aumento de R\$ 70.790 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

#### (a) Ativos e passivos atuariais:

	30.09.2020
Obrigações com benefícios pós-emprego	
Valor presente das obrigações atuariais	1.572.298
Valor justo dos ativos do plano	(1.066.598)
<b>Obrigações registradas com benefícios pós-emprego</b>	<b>505.700</b>

#### (b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.09.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.566.191
Custo dos serviços correntes	2.466
Custos dos juros	81.200
Contribuição de participantes do plano	112
Benefícios pagos	(83.311)
Perda atuarial	5.640
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.572.298

#### (c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.09.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.104.916
Rendimento esperado dos ativos do plano	59.079
contribuições recebidas de participantes do plano	112
Contribuições do empregador	52.899
Benefícios pagos	(83.311)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(67.097)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.066.598

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (d) Movimentação do efeito de teto do ativo:

	30.09.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	1.947
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(1.947)
	-

## (e) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2020
Saldo do início do período	463.222
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	2.466
Juros líquido conforme laudo atuarial	22.121
Pagamento de contribuições	(52.899)
Ajustes de avaliação atuarial	70.790
Saldo do final do período	505.700

## (f) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Custo do serviço corrente	822	2.466	458	1.373
Custos dos juros	7.373	22.120	7.991	23.975
Total de despesas	8.195	24.586	8.449	25.348

## (g) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	30.09.2020
Ganho atuarial sobre a taxa de desconto	17.733
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	(23.373)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos	(67.097)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	1.947
Montante reconhecido no período em ORA	(70.790)

Em 30 de setembro de 2020, os valores apurados no laudo atuarial são superiores as dívidas contratadas com o plano, dessa forma houve uma reversão do registro efetuado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 1.947.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (h) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	30.09.2020	%
Renda fixa	716.163	67,14%
Renda variável	236.042	22,13%
Investimentos imobiliários	104.945	9,84%
Outros	9.448	0,89%
<b>Total do valor justo dos ativos do plano</b>	<b>1.066.598</b>	<b>100,00%</b>

### (i) Premissas atuariais utilizadas:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,38%	7,59%	6,55%	6,96%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,38%	7,59%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

### (j) Estimativa da despesa para o 4º trimestre de 2020:

Custo dos serviços correntes	238
Custos dos juros líquidos	8.026
<b>Total da despesa projetada para o 4º trimestre de 2020</b>	<b>8.264</b>

O conjunto de hipóteses atuariais utilizado nos cálculos dos passivos posicionados em 30 de setembro de 2020 também foi utilizado na determinação da nova estimativa de despesa a ser reconhecida no 4º trimestre de 2020. Uma vez que este valor está calculado com uma nova taxa de desconto, e com base em uma nova avaliação atuarial, o valor para o último trimestre de 2020, difere daquele que foi projetado na avaliação de 31 de dezembro de 2019. As novas taxas de desconto são aquelas apresentadas no item (i) premissas atuariais utilizadas.

### (k) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 30 de setembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano de Pensão	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	41.853	(45.317)	14.244	(15.536)	(4.730)	7.897	659	(710)
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>937.617</b>	<b>1.024.787</b>	<b>287.520</b>	<b>317.301</b>	<b>275.677</b>	<b>263.050</b>	<b>19.458</b>	<b>20.827</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisão para processos judiciais e outros

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2020
Trabalhistas (a)	285.477	18.150	(25.285)	22.317	(10.416)	290.243
Cíveis (b)	315.607	118.868	(107.877)	60.230	(90.985)	295.843
Fiscais (c)	23.864	27.159	-	152.452	(18)	203.457
Regulatório (d)	1.444	17.011	-	-	-	18.455
<b>Total</b>	<b>626.392</b>	<b>181.188</b>	<b>(133.162)</b>	<b>234.999</b>	<b>(101.419)</b>	<b>807.998</b>

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2019
Trabalhistas (a)	283.327	32.426	(34.723)	19.462	(7.371)	293.121
Cíveis (b)	283.636	149.314	(47.480)	28.251	(84.700)	329.021
Fiscais (c)	30.811	11	(7.690)	493	846	24.471
Regulatório (d)	4.430	9.175	(353)	-	(11.808)	1.444
<b>Total</b>	<b>602.204</b>	<b>190.926</b>	<b>(90.246)</b>	<b>48.206</b>	<b>(103.033)</b>	<b>648.057</b>

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

#### a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

#### b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

#### c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 30 de setembro de 2020 de R\$ 14.277 (R\$14.150 em 31 de dezembro de 2019).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de setembro de 2020 de R\$ 6.304, valor total do auto de R\$ 15.760, (R\$ 6.255 e R\$ 15.636 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$ 553, valor total do auto R\$ 2.763 (R\$548 e R\$2.738 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa. Com a alteração do prognóstico de perda de possível para provável – vide nota explicativa nº23.1 a.1, a Companhia efetuou provisão em setembro de 2020 no montante total de R\$ 179.831, sendo que R\$ 27.142 foram reconhecidos na rubrica “deduções da receita” (nota 26), e a atualização no montante de R\$ 152.239, reconhecido como despesa financeira (nota 28).

### d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

#### 23.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.09.2020	31.12.2019
Trabalhistas	285.424	305.607
Cíveis	1.257.249	1.192.158
Fiscais (a)	1.738.469	1.900.780
Juizados especiais	186.303	164.067
<b>Total</b>	<b>3.467.445</b>	<b>3.562.612</b>

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

### a) **Fiscais**

#### a.1) **Temas federais**

##### **Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)**

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 1.312.093 (R\$ 1.300.168 em 31 de dezembro 2019).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23.c.3, em setembro de 2020, um dos processos fiscais com prognóstico de perda possível, foi alterado para provável, gerando um provisionamento de R\$ 179.831, ocasionando a redução dos processos fiscais com probabilidade de perda possível. O referido processo judicial tinha avaliação de perda possível em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 169.437.

### **a.2) Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 328.656 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

### **a.3) Temas municipais**

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo que juntos somam o valor de R\$ 20.676 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.450 e R\$ 2.337 respectivamente, em 30 de setembro de 2020 (R\$ 12.367 e R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 30 de setembro de 2020 de R\$ 41.802 (R\$ 41.096 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de setembro de 2020 de R\$ 20.425 (R\$ 20.409 em 31 de dezembro de 2019).

### **Ativo Contingente**

#### **Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS**

Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e foi proferida sentença favorável em consonância com o precedente do STF, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal interpôs apelação e o Tribunal



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

negou provimento ao recurso e manteve a sentença. Foram opostos embargos de declaração pela União Federal que aguardam julgamento pelo Tribunal.

Por se tratar de ativo contingente, nenhum registro foi efetuado pela Companhia.

### Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2020	31.12.2019
Trabalhistas	176.639	166.204
Cíveis	81.699	59.363
Fiscais	697	701
<b>Total</b>	<b>259.035</b>	<b>226.268</b>

## 24. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.09.2020		31.12.2019	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100,00%</b>	<b>166.634.326</b>	<b>100,00%</b>

### b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

### c) Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$66.338; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$147.958. Os dividendos declarados serão pagos até 31 de dezembro de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a Companhia permaneça com o resultado positivo.

### e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

### f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas do benefício pós emprego e dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos impostos com montante negativo atualizado até 30 de setembro de 2020 de R\$ 42.315 negativos (saldo positivo no montante R\$ 2.471 em 30 de setembro de 2019) conforme composição abaixo:

	30.09.2020	31.12.2019
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	(70.790)	-
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós-emprego	24.069	-
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	7.732	1.056
Tributos Diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	(2.629)	(359)
<b>Total</b>	<b>(41.618)</b>	<b>697</b>

## 25. Resultado por ação

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Lucro (prejuízo) líquido no período	(53.523)	(3.949)	115.888	165.961
Número de ações (em milhares de ações)	166.634	166.634	166.634	166.634
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	(0,321200)	(0,023699)	0,695463	0,995959

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com em 30 de setembro de 2020.

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Receita líquida

#### a) Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.07.2020 a 30.09.2020			01.07.2019 a 30.09.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	2.485.620	1.127.423	1.038.284	2.418.128	1.047.394	942.370
Industrial	3.329	43.572	46.182	3.540	52.671	55.790
Comercial	133.852	338.714	344.529	141.931	411.976	423.911
Rural	63.777	43.405	35.246	63.170	42.095	33.472
Poder público	13.827	83.931	86.545	13.885	108.588	107.226
Iluminação pública	1.878	137.913	85.878	1.884	145.302	90.060
Serviço público	2.015	71.698	55.218	1.955	73.367	56.361
Suprimento e revenda	24	125.327	26.436	24	122.605	24.935
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.704.322</b>	<b>1.971.982</b>	<b>1.718.318</b>	<b>2.644.517</b>	<b>2.003.998</b>	<b>1.734.125</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado			38.450			15.906
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(10.604)			(8.373)
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>2.704.322</b>	<b>1.971.982</b>	<b>1.746.164</b>	<b>2.644.517</b>	<b>2.003.998</b>	<b>1.741.658</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial			99.895			68.418
Subvenção baixa renda			10.517			8.463
Subvenção de recursos da CDE			55.954			44.546
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	630	682.263	206.690	451	636.346	200.350
Receita de construção			252.449			174.967
Outras receitas			24.905			21.425
<b>Total outras receitas</b>	<b>630</b>	<b>682.263</b>	<b>650.410</b>	<b>451</b>	<b>636.346</b>	<b>518.169</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.704.952</b>	<b>2.654.245</b>	<b>2.396.574</b>	<b>2.644.968</b>	<b>2.640.344</b>	<b>2.259.827</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS			(479.014)			(489.720)
COFINS - corrente			(190.844)			(160.915)
PIS - corrente			(35.541)			(34.935)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(12.643)			(12.179)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(145.409)			(165.294)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(2.149)			(2.026)
ISS			(1.004)			(1.066)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(866.604)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(866.135)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.704.952</b>	<b>2.654.245</b>	<b>1.529.970</b>	<b>2.644.968</b>	<b>2.640.344</b>	<b>1.393.692</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01.01.2020 a 30.09.2020			01.01.2019 a 30.09.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	2.485.620	3.605.641	3.036.416	2.418.128	3.695.431	3.055.350
Industrial	3.329	136.098	142.481	3.540	171.980	175.080
Comercial	133.852	1.158.454	1.160.722	141.931	1.455.559	1.421.031
Rural	63.777	129.158	102.049	63.170	133.132	96.432
Poder público	13.827	289.798	287.589	13.885	387.252	357.745
Iluminação pública	1.878	419.312	253.284	1.884	426.199	249.770
Serviço público	2.015	223.541	169.211	1.955	228.091	166.698
Suprimento e revenda	24	362.677	75.546	24	375.807	73.536
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.704.322</b>	<b>6.324.679</b>	<b>5.227.298</b>	<b>2.644.517</b>	<b>6.873.451</b>	<b>5.595.642</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado			246.222			235.656
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(21.534)			(31.895)
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>2.704.322</b>	<b>6.324.679</b>	<b>5.451.986</b>	<b>2.644.517</b>	<b>6.873.451</b>	<b>5.799.403</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial			93.621			84.582
Subvenção baixa renda			46.782			27.397
Subvenção de recursos da CDE			159.715			154.017
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	630	1.918.470	588.687	451	1.867.749	579.258
Receita de construção			724.758			475.291
Venda de Energia Excedente - MVE			-			18.443
Outras receitas			74.033			69.554
<b>Total outras receitas</b>	<b>630</b>	<b>1.918.470</b>	<b>1.687.596</b>	<b>451</b>	<b>1.867.749</b>	<b>1.408.542</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.704.952</b>	<b>8.243.149</b>	<b>7.139.582</b>	<b>2.644.968</b>	<b>8.741.200</b>	<b>7.207.945</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS			(1.540.477)			(1.655.443)
COFINS - corrente			(519.629)			(521.227)
PIS - corrente			(106.922)			(113.161)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(37.181)			(38.545)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(435.810)			(519.964)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(6.324)			(6.062)
ISS			(3.168)			(3.347)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.649.511)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.857.749)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.704.952</b>	<b>8.243.149</b>	<b>4.490.071</b>	<b>2.644.968</b>	<b>8.741.200</b>	<b>4.350.196</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

#### a) Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.07.2020 a 30.09.2020					01.07.2019 a 30.09.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(18.310)	-	(14.599)	-	(32.909)	(23.658)	-	(13.938)	-	(37.596)
Material	(4.275)	-	(599)	-	(4.874)	(3.403)	-	295	-	(3.108)
Serviços de terceiros	(101.496)	(3.232)	(15.585)	-	(120.313)	(90.965)	(4.602)	(14.169)	-	(109.736)
Energia elétrica comprada para revenda	(660.557)	-	-	-	(660.557)	(629.666)	-	-	-	(629.666)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(199.943)	-	-	-	(199.943)	(138.360)	-	-	-	(138.360)
Encargos de serviços do sistema	(8.144)	-	-	-	(8.144)	(1.301)	-	-	-	(1.301)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	3.588	-	-	-	3.588	2.575	-	-	-	2.575
Depreciação e amortização	(101.819)	-	(7.054)	-	(108.873)	(90.712)	-	(6.057)	-	(96.769)
Custo na desativação de bens	(10.842)	-	-	-	(10.842)	(5.817)	-	-	-	(5.817)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(18.223)	-	-	(18.223)	-	20.139	-	-	20.139
Perda de recebíveis de clientes	-	(26.472)	-	-	(26.472)	-	(14.086)	-	-	(14.086)
Custo de construção	(252.449)	-	-	-	(252.449)	(174.967)	-	-	-	(174.967)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	359	-	359	-	-	(28.045)	-	(28.045)
Outras despesas operacionais	(4.983)	-	(15.746)	-	(20.729)	(5.350)	-	(7.514)	-	(12.864)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	12.123	12.123	-	-	-	14.097	14.097
Outras receitas operacionais	-	-	-	1.829	1.829	-	-	-	2.004	2.004
<b>Subtotal</b>	<b>(1.359.230)</b>	<b>(47.927)</b>	<b>(53.224)</b>	<b>13.952</b>	<b>(1.446.429)</b>	<b>(1.161.624)</b>	<b>1.451</b>	<b>(69.428)</b>	<b>16.101</b>	<b>(1.213.500)</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01.01.2020 a 30.09.2020					01.01.2019 a 30.09.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(63.192)	-	(40.747)	-	(103.939)	(74.801)	-	(39.502)	-	(114.303)
Material	(12.616)	-	(1.420)	-	(14.036)	(10.257)	-	(1.049)	-	(11.306)
Serviços de terceiros	(314.320)	(10.715)	(48.499)	-	(373.534)	(280.547)	(11.310)	(54.069)	-	(345.926)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.028.558)	-	-	-	(2.028.558)	(2.079.319)	-	-	-	(2.079.319)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(483.472)	-	-	-	(483.472)	(390.241)	-	-	-	(390.241)
Encargos de serviços do sistema	(12.326)	-	-	-	(12.326)	(26.217)	-	-	-	(26.217)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	55.210	-	-	-	55.210	22.937	-	-	-	22.937
Depreciação e amortização	(291.233)	-	(17.693)	-	(308.926)	(302.806)	-	(16.896)	-	(319.702)
Custo na desativação de bens	(32.645)	-	-	-	(32.645)	(17.274)	-	-	-	(17.274)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(55.482)	-	-	(55.482)	-	(16.094)	-	-	(16.094)
Perda de recebíveis de clientes	-	(77.371)	-	-	(77.371)	-	(56.783)	-	-	(56.783)
Recuperação de perdas (ii)	-	13.882	-	-	13.882	-	-	-	-	-
Custo de construção	(724.758)	-	-	-	(724.758)	(475.291)	-	-	-	(475.291)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(22.029)	-	(22.029)	-	-	(100.619)	-	(100.619)
Outras despesas operacionais	(14.913)	-	(48.888)	-	(63.801)	(12.923)	-	(20.437)	-	(33.360)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	47.985	47.985	-	-	-	46.874	46.874
Outras receitas operacionais	-	-	-	4.969	4.969	-	-	-	5.679	5.679
<b>Subtotal</b>	<b>(3.922.823)</b>	<b>(129.686)</b>	<b>(179.276)</b>	<b>52.954</b>	<b>(4.178.831)</b>	<b>(3.646.739)</b>	<b>(84.187)</b>	<b>(232.572)</b>	<b>52.553</b>	<b>(3.910.945)</b>

- i) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.
- ii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou levantamento de precatório judicial no valor principal de R\$ 13.882, multa de R\$ 3.493 e atualização de R\$ 7.504, totalizando R\$ 24.789. A origem deste montante é relacionada a precatórios do ano de 1994. A contrapartida relacionada ao caixa recebido é segregada entre recuperação de perdas (principal), outras receitas operacionais (multa) e despesas financeiras (atualização financeira).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Resultado financeiro

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	3.367	5.481	2.917	16.925
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	9.924	33.572	9.375	31.270
Variação cambial	7.848	14.205	2.492	8.853
Marcação a mercado de ativo indenizável	36.891	49.460	-	-
Variação cambial de dívida	-	-	7.129	63.473
Dívida - Marcação a mercado	1.944	3.495	7.141	25.848
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	30.317	375.414	87.968	157.664
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	6.738	27.656
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	2.943	5.902	7.729	26.441
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	2.219	11.120	(1.557)	27.221
Ganho disputa judicial Fumas	-	-	103.625	103.625
Outras receitas financeiras	8.537	10.780	1.472	7.928
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.945)	(3.563)	(5.783)	(8.456)
<b>Subtotal</b>	<b>102.045</b>	<b>505.866</b>	<b>229.246</b>	<b>488.448</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Variação monetária de dívidas	-	-	590	(11.262)
Variação cambial de dívidas	(30.322)	(375.419)	(79.824)	(129.101)
Dívida - Marcação a mercado	-	-	(7.364)	(25.616)
Encargos de dívidas	(15.088)	(51.163)	(22.189)	(84.527)
Juros debêntures	(9.098)	(40.293)	(27.464)	(62.468)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros (a) e (b)	(163.053)	(234.999)	(13.190)	(48.206)
Encargos fundo de pensão	(7.373)	(22.121)	(7.991)	(23.975)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(7.582)	(11.247)	(15.290)	(92.079)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	609	(4.861)	(7.848)	(27.246)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(1.191)	(2.190)	(12.792)	(41.848)
Encargos de mútuos	(15.622)	(36.526)	(23.161)	(67.685)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	168	1.262	3.683	18.300
IOF/IOC	(8)	(304)	(49)	(1.096)
Encargos com venda de recebíveis	(130)	(167)	(82)	(13.486)
Apropriação custo de transação	(341)	(1.022)	(340)	(940)
Custos pré-pagamento BNDES	-	-	(28.063)	(28.063)
Juros em arrendamento	(2.446)	(2.446)	(3.400)	(3.400)
Outras despesas financeiras	(13.993)	(39.595)	10.754	(33.950)
<b>Subtotal</b>	<b>(265.470)</b>	<b>(821.091)</b>	<b>(234.020)</b>	<b>(676.648)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(163.425)</b>	<b>(315.225)</b>	<b>(4.774)</b>	<b>(188.200)</b>

**a.1** A variação nos períodos apresentados decorre principalmente de atualização e juros referente a um processo em que se discute o efeito do aumento das tarifas no período do congelamento de preços estabelecido pelo Governo na década de 80. O caso já se encontra em liquidação de sentença transitada em julgado, que determinou a devolução de valores eventualmente pagos a maior até os dias atuais. A Companhia defendeu a tese de que, a partir de novembro de 1986, não houve cobrança a maior (efeito cascata), de forma que o valor a ser restituído a partir dessa data é igual a zero. Na primeira instância, os argumentos da Companhia foram acolhidos e a sentença limitou o valor devido entre o período compreendido entre março e novembro de 1986. Em segunda instância, todavia, houve o reconhecimento do efeito cascata, abrangendo o período após novembro de 1986. Por essa razão, foram realizados novos cálculos e, conseqüentemente, a provisão foi ajustada. A parcela correspondente à atualização e juros foi registrada como despesa financeira.

**a.2** Conforme detalhado na nota 23.c.3, a Companhia sofreu execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2002. O provisionamento da referida execução fiscal, ocasionou o reconhecimento de atualização financeira em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$152.239.

### 29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

#### a) Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

	01.07.2020 a 30.09.2020		01.07.2019 a 30.09.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	-	-	(16.810)	(6.211)
Diferidos	19.392	6.969	(26.842)	(9.667)
<b>Total</b>	<b>19.392</b>	<b>6.969</b>	<b>(43.652)</b>	<b>(15.878)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(79.884)</b>	<b>(79.884)</b>	<b>175.418</b>	<b>175.418</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	196	196	453	453
Perdão de dívida	1.155	1.155	(10)	(10)
Outras despesas indedutíveis	1.015	1.094	433	535
<b>Total das adições</b>	<b>2.366</b>	<b>2.445</b>	<b>876</b>	<b>978</b>
Base de cálculo	(77.518)	(77.439)	176.294	176.396
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>19.386</b>	<b>6.970</b>	<b>(44.068)</b>	<b>(15.876)</b>
Incentivos	-	-	410	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>19.392</b>	<b>6.969</b>	<b>(43.652)</b>	<b>(15.878)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24,28%</b>	<b>8,72%</b>	<b>24,88%</b>	<b>9,05%</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01.01.2020 a 30.09.2020		01.01.2019 a 30.09.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	-	-	(41.627)	(15.390)
Diferidos	52	(16)	(20.631)	(7.442)
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>(16)</b>	<b>(62.258)</b>	<b>(22.832)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(3.985)</b>	<b>(3.985)</b>	<b>251.051</b>	<b>251.051</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	1.565	1.565	1.567	1.567
Perdão de dívida	1.155	1.155	125	125
Outras despesas indedutíveis	1.130	1.438	457	915
<b>Total das adições</b>	<b>3.850</b>	<b>4.158</b>	<b>2.149</b>	<b>2.607</b>
Base de cálculo	(135)	173	253.200	253.658
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>52</b>	<b>(16)</b>	<b>(63.282)</b>	<b>(22.832)</b>
Incentivos	-	-	1.024	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>52</b>	<b>(16)</b>	<b>(62.258)</b>	<b>(22.832)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>1,30%</b>	<b>-0,40%</b>	<b>24,80%</b>	<b>9,09%</b>

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	30.09.2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	<b>396.241</b>	379.389	<b>16.852</b>	(28.357)
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	39.600	77.276	(37.676)	(18.632)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	274.719	212.973	61.746	15.590
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	-	(3.574)
Instrumento financeiro MTM - valor justo por meio de resultado	(73.151)	(22.506)	(50.645)	(5.601)
Prejuízo fiscal e base negativa	128.446	99.633	28.813	(24.882)
Outras	26.627	12.013	14.614	8.742
<b>IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado</b>	<b>(321.259)</b>	<b>(304.443)</b>	<b>(16.816)</b>	<b>284</b>
Ativo indenizável (concessão)	(321.259)	(304.443)	(16.816)	284
<b>Subtotal - impacto no resultado do período</b>	<b>74.982</b>	<b>74.946</b>	<b>36</b>	<b>(28.073)</b>
<b>IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente</b>	<b>223.660</b>	<b>201.861</b>	<b>21.799</b>	<b>(1.843)</b>
Plano de pensão	226.289	202.220	24.069	-
Swap passivo	(2.629)	(359)	(2.270)	(1.843)
<b>Total</b>	<b>298.642</b>	<b>276.807</b>	<b>21.835</b>	<b>(29.916)</b>

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

##### a) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	527.883	303.062
Títulos e valores mobiliários	267.493	106.258
Instrumentos financeiros derivativos - swap	399.818	132.540
Consumidores e outras contas a receber	1.720.759	1.492.185
Ativos financeiros setoriais	-	164.520
Ativo indenizável (concessão)	3.969.850	3.613.155
	<b>6.885.803</b>	<b>5.811.720</b>

Em 30 de setembro de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2020	31.12.2019
AAA	709.717	275.400
AA+	33.778	95.784
AA	23.990	-
<b>Total geral</b>	<b>767.485</b>	<b>371.184</b>

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2020	31.12.2019
AA-	399.818	132.540
<b>Total geral</b>	<b>399.818</b>	<b>132.540</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada com crédito de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

### b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

### c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI).

	30.09.2020
<b>Passivos em Moeda Estrangeira</b>	
Empréstimos e Financiamento	975.934
Exposição Patrimonial	<b>975.934</b>
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(954.207)
Exposição Cambial Total	<b>21.727</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

### d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 90% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, TJLP e Libor).

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2020	%	31.12.2019	%
Selic	178.444	23,25%	33.072	8,91%
CDI	585.196	76,25%	314.842	84,82%
Pré-Fixado	3.845	0,50%	23.270	6,27%
<b>Total</b>	<b>767.485</b>	<b>100,00%</b>	<b>371.184</b>	<b>100,00%</b>

Ativo Financeiro Indenizável	30.09.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	3.969.850	100%	3.613.155	100%
<b>Total</b>	<b>3.969.850</b>	<b>100%</b>	<b>3.613.155</b>	<b>100%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	433.940	9,68%	662.188	17,16%
TJLP	132	0,00%	24.978	0,65%
CDI	4.035.968	90,02%	3.147.490	81,58%
Libor	13.570	0,30%	23.404	0,61%
<b>Total</b>	<b>4.483.610</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.858.060</b>	<b>100%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linha de crédito para capital de giro, imediatamente disponível por meio de contrato firmado com banco de primeira linha no valor de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979/2018, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mutuo em R\$ 1.000.000, através do despacho N° 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 2.700.000 dos quais, em 30 de setembro de 2020, estavam disponíveis o montante de R\$ 870.783.

Das dívidas classificadas no longo prazo, com os montantes de R\$ 1.642.693 e R\$ 201.361 respectivamente referem-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento em relação ao patrimônio líquido é de 51% (49% em 31 de dezembro de 2019).

	30.09.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	3.279.728	2.376.067
Debentures (Nota 21)	1.603.700	1.614.533
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Nota 33)	(399.818)	(132.540)
<b>Dívida</b>	<b>4.483.610</b>	<b>3.858.060</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(527.883)	(303.062)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(267.493)	(106.258)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>3.688.234</b>	<b>3.448.740</b>
Patrimônio líquido (b)	3.614.712	3.660.976
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>51%</b>	<b>49%</b>

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
30 de setembro de 2020					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	742	1.482	486.319	431.390	919.933
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	45	1.231	548.732	-	550.007
Debêntures	(86)	606.718	20.349	1.039.533	1.666.513
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	-	-	2.004.903	2.004.903
<b>Total</b>	<b>701</b>	<b>609.430</b>	<b>1.055.400</b>	<b>3.475.825</b>	<b>5.141.356</b>

### Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			30.09.2020		31.12.2019	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	527.883	527.883	303.062	303.062
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	267.493	267.493	106.258	106.258
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.720.759	1.720.759	1.492.185	1.492.185
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	-	-	164.520	164.520
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	181.308	181.308	72.779	72.779
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	218.556	218.556	70.453	70.453
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	3.969.850	3.969.850	3.613.155	3.613.155
Total do ativo			6.885.849	6.885.849	5.822.412	5.822.412
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.303.794	2.247.034	1.456.900	1.456.451
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.603.700	1.602.303	1.614.533	1.616.952
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	431.764	436.875	528.628	553.219
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	544.170	544.170	390.539	390.539
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	-	-	6.488	6.488
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	46	46	4.204	4.204
Arrendamento	Custo amortizado	2	42.849	42.849	46.647	46.647
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	198.080	198.080	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	864.469	864.469	899.501	899.501
Total do passivo			5.988.872	5.935.826	4.947.440	4.974.001

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

### Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem investment grade (escalas locais das principais agências de riscos) com "expertise" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

	Derivativos
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>98.833</b>
Juros SWAP	(15.407)
Variação cambial SWAP	65.585
Marcação a mercado no resultado	410
Marcação a mercado no patrimônio líquido	5.422
Pagamentos de Juros	17.851
Recebimentos Principal	(8.010)
<b>SalDOS em 30 de setembro de 2019</b>	<b>164.684</b>
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>132.540</b>
Juros SWAP	3.712
Variação cambial SWAP	364.167
Marcação a mercado no resultado	(4.861)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	6.676
Pagamentos de Juros	6.821
Recebimentos Principal	(109.237)
<b>SalDOS em 30 de setembro de 2020</b>	<b>399.818</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 30 de setembro de 2020 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	181.308	180.379	929	250.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Libor x DI 28.03.18 Citibank	218.510	227.540	(9.030)	320.000	Valor justo por meio de resultado
<b>Total</b>	<b>399.818</b>	<b>407.919</b>	<b>(8.101)</b>	<b>570.000</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2020.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
Contrato de swap				30.09.2020	31.12.2019
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	181.308	56.439
CITIBANK S.A.	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	218.510	66.249
SCOTIABANK S.A.	15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	-	9.852

O swap com o Citibank no montante de R\$ 218,510 é marcado a mercado por meio do resultado. A dívida relacionada a esse *swap* também é marcada a mercado por meio do resultado, cujo efeito com MTM é nulo.

### Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2020 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Set.2021		
		30.09.2020	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	178.444	4.954	3.716	2.477
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	585.196	16.246	12.185	8.123
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	3.845	3.845	2.884	1.923
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.969.850	124.653	93.490	62.327
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(554.389)	(9.635)	(19.239)	(22.454)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	530.600	71.831	282.677	384.957
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	423.606	77.837	239.630	321.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(425.782)	(33.440)	(33.440)	(33.440)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(431.764)	(79.336)	(244.245)	(327.304)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(132)	(2)	(6)	(7)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(3.481.579)	(96.077)	(122.342)	(141.261)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(544.170)	(73.668)	(289.906)	(394.802)
			7.208	(74.596)	(138.341)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	79.336	244.245	164.909	327.305	247.969
ITAÚ 4131 SWAP PA	(77.837)	(239.630)	(161.793)	(321.120)	(243.283)
ITAÚ 4131 SWAP PP	5.039	7.723	2.684	9.240	4.201
CITIBANK 4131 II	73.668	289.906	216.238	394.802	321.134
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(71.831)	(282.677)	(210.846)	(384.957)	(313.126)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	4.596	11.516	6.920	13.214	8.618
<b>Total Despesa</b>	<b>12.971</b>	<b>31.083</b>	<b>18.112</b>	<b>38.484</b>	<b>25.513</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

### 31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$697.288 em 2020, R\$2.679.636 em 2021, R\$2.701.324 em 2022, R\$2.681.076 em 2023 e R\$50.229.112 após 2023.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

### 32. Participação nos resultados

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 12.625 e R\$ 11.120 respectivamente.

### 33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 2.213.481	R\$ 4.441.200
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642